

COLUNA

PERSPECTIVAS ANTIRRACISTAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Marluce da Silva Santana

Questão étnico-racial e imigração: diálogos pertinentes ao Serviço Social



Sempre reflito sobre as possibilidades de ampliação dos debates nas aulas quando discutimos sobre o racismo, pois é necessário perpassar também sobre racismo religioso, movimento negro, estratégias de resistência, aquilombamento e diversas outras questões. É preciso compreender desde os semestres iniciais da graduação que a questão étnico-racial não é uma área de interesse restrita aos profissionais que se dedicam aos estudos com esse recorte, é uma imersão que deve ser estendida a todos.

Há uma pretensão de aprofundar discussões. Podemos nos ancorar em estudos de diversas áreas e recorrer a produção acadêmica de assistentes sociais, pesquisas, artigos, relatos de experiência daqueles que compartilham conhecimento sobre as questões já citadas e suas vivências cotidianas no trabalho profissional.

Nesse contexto, pelo interesse nos estudos sobre imigração africana no Brasil, além da leitura da produção de autores brasileiros e africanos de outras áreas de conhecimento, passei a buscar produção de assistentes sociais que reflitam sobre a diáspora contemporânea. Como assistente social vislumbrei a necessidade de realizar o exercício de buscar trabalhos de assistentes sociais que dialoguem com a área de pesquisa que realizo.

Considero importante citar a pesquisa de Ester Fatima Vargem Rodrigues, assistente social, mestra em história social, que pesquisou sobre a imigração africana, sua dissertação é intitulada: *Imigrantes africanos no Brasil Contemporâneo: fluxos e refluxos da diáspora* (2014), e o artigo de Magali da Silva Almeida, professora, doutora em Serviço Social, intitulado: *Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo* (2014).

Vargem (2014) aborda a imigração africana para o Brasil na contemporaneidade, como metodologia analisa notícias de jornais que fazem referência a imigrantes africanos e depoimentos de imigrantes que entrevistou. Vargem (2014) traz na dissertação a dimensão de suas atividades, apresentando seu trabalho no balcão de atendimento em Direitos Humanos em São Paulo, aborda as demandas dos imigrantes, cita relatos de casos marcantes que nos dão perspectivas sobre as experiências e o trabalho desenvolvido. Já Almeida (2014) apresenta reflexões sobre o genocídio da população negra a partir da análise de indicadores sociorraciais.

Vargem (2014, p.26) destaca que o mesmo cenário enfrentado pela população negra se estende aos imigrantes africanos ao chegarem no Brasil, “marcas que se refletem nos afrodescendentes e que agora se imprimem também nos imigrantes africanos que aqui chegam”. Segundo Almeida (2014, p.132) o racismo atua como limitador “tem apartado do acesso aos direitos humanos, em todo planeta, multidões de africanos e seus descendentes, dentro e fora da África”. A autora apresenta um panorama que nos permite compreender como o racismo opera no país.

O pano de fundo que se movimenta e se transmuta historicamente são as ideologias raciais que estruturam as relações sociais no Brasil, sobre as quais se reafirmam os preconceitos e as práticas discriminatórias que dão materialidade ao racismo “à brasileira”. Este racismo, cuja existência material é reconhecida pela população, dialeticamente nega a existência dos agentes, pois, no Brasil, “ninguém é racista”. Desconhecidos esses agentes, nutre-se a impunidade, a invisibilidade, o silêncio e, conseqüentemente, maiores são as dificuldades para seu enfrentamento através de políticas públicas. (ALMEIDA, 2014, p.132)

Cabe destacar ainda que Almeida (2014) argumenta sobre a importância da resistência, não como um ponto de vista, mas dando centralidade às estratégias e as lutas. Considero que se não conhecemos as resistências contra a escravidão não reconhecemos as resistências cotidianas.

Na dinâmica colonial, a imposição dos padrões civilizatórios eurocêntricos pelos grupos dominantes não foi impingida sem que houvesse resistência dos grupos dominados. Muito pelo contrário, a memória da Diáspora Negra não só traz a marca da escravidão, como também das lutas de negação desse padrão de sociabilidade. A escravidão negra não pode ser esquecida porque, contra ela, houve muitas resistências: no Brasil. Isto se deu através de fugas, assassinatos, levantes e construção de quilombos, sendo o mais conhecido o Quilombo de Palmares. (p,141)

Para além da busca de produção acadêmica recorri ao site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), buscando identificar campanhas, posicionamentos ou publicações que abordassem a imigração no Brasil. Localizei um caderno sobre xenofobia, que faz parte da série de cadernos assistente social no combate ao preconceito. Segundo o CFESS (2016, p.8) “o preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital”. A série de cadernos objetiva informar, fornecendo arcabouço aos profissionais para o enfrentamento no cotidiano profissional, “pretende dar suporte aos/às assistentes sociais, para que se mantenham permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combatam as diversas manifestações do preconceito, refletidas no moralismo exacerbado e no controle de corpos e mentes, tão presente nas dinâmicas socioinstitucionais”. (CFESS, 2016, p.6).



O caderno foi elaborado pela gestão “Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)”, no referido caderno é abordado que “a mão de obra imigrante amplia o exército de reserva de trabalhadores/ as que garante a sobrevivência do império do capitalismo monopolista, estruturado na livre circulação de moedas e mercadorias, mas cerceia a livre circulação da força de trabalho” (CFESS, 2016, p.7). O CFESS expressa ainda que imigração e refúgio envolvem questões que estão além do deslocamento em busca de condições diferentes das vivenciadas, “na verdade, expressam particularidades de classe, gênero, etnia e religião e estão inscritos nas alterações da geopolítica mundial” (CFESS, 2016, p.8). A publicação expõe o preconceito ao

imigrante considerando diversos eixos de opressão, “envolve questões de cor, gênero e diversidade cultural e religiosa. Inseridos no contexto do neoliberalismo e carregados da herança do preconceito ao “outro” impregnado pela escravidão, o racismo e a xenofobia ainda permeiam todas as relações na sociedade brasileira”. (CFESS, 2016, p.11)

O CFESS dedicou um tópico específico ao trabalho dos assistentes sociais: “Como assistentes sociais podem contribuir na questão da imigração?” Para responder tal indagação apontam a ausência de uma política voltada para o imigrante “não há ainda uma política migratória integral que atenda de forma efetiva às demandas dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as”. (CFESS, 2016, p.15). Segundo O CFESS compete aos assistentes sociais:

pressionar e direcionar o seu campo de atuação para o âmbito dos direitos sociais, ultrapassando a cultura assistencialista dos espaços sócio-ocupacionais; contribuir na formulação de políticas públicas que incorporem as demandas dos/as imigrantes e refugiados/as e garantir a efetivação dos programas sociais no âmbito da seguridade social; denunciar as condições de vida a que estão submetidos/as; participar de articulações políticas junto a movimentos sociais de trabalhadores/as que pressionem e defendam a proposta dos direitos dos/as imigrantes e refugiados/as.(CFESS, 2016, p.16)

Essas indicações são algumas possibilidades de atuação dos assistentes sociais frente a imigração e refúgio no Brasil. Cabe ressaltar que devemos ficar atentos ao atendimento ao imigrante nas políticas que trabalhamos, educação, saúde,

assistência social, entre outras e atuar visando a garantia de direitos. A ausência de políticas específicas não significa que não será estabelecido atendimento por outras políticas e programas implantados nos territórios.

Compreender como outros assistentes sociais têm desenvolvido pesquisas e discutido o cenário nos ajudam a construir conhecimento e ampliar os debates. É imprescindível buscar tais referenciais no Serviço Social, pois ao assumirmos uma postura crítica quanto a invisibilidade atribuída historicamente à questão étnico-racial temos que manter o comprometimento em atribuir o devido protagonismo às produções.



Marluce da Silva Santana

Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos-PÓS-AFRO UFBA. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia, cursa Pós-graduação em Gestão em Serviços Sociais e Políticas Públicas. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Travessias, Etnicidades e Sexualidades (PROGENTES) na Escola de Administração da UFBA. Participou da XX Escola Doutoral Fábrica de Ideias 2019: Curso avançado em Estudos Étnicos e Africanos.

PARA SABER MAIS:

ALMEIDA, M. S. . Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. EM PAUTA (RIO DE JANEIRO) , v. 12, p. 131-154, 2014.

Rodrigues, Ester Fatima Vargem. Imigrantes africanos no Brasil contemporâneo: fluxos e refluxos da diáspora. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

Xenofobia - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 5. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>